

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005464-97.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **HELENA GIBELLI PARADA**
Requerido: **BETA INFORMATICA EIRELI ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que adquiriu através da ré um video game o qual não foi lhe entregue.

Diante dessa situação almeja a rescisão do contrato de compra e venda e a restituição do valor que pagou. .

As alegações da autora estão respaldadas em farta prova documental que não foi impugnada específica e concretamente pela ré.

Esta, ademais, reconheceu em contestação a dívida trazida à colação sem que de forma precisa declinasse os motivos pelo não

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

pagamento à autora do valor que essa despendeu para compra do produto, mesmo não sendo contrária a que tal se sucedesse.

Em consequência, impõe-se a conclusão de que a pretensão deduzida prospera no particular à míngua de dado seguro que se contrapusesse a isso, condenando-se a ré ao pagamento da quantia de R\$ 1.747,04.

Por fim, ressalvo que a autora em momento algum postulou o recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais, de sorte que deixam de ser analisadas as considerações expendidas pela ré em contestação quanto ao assunto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.747,04, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2015 (época do desembolso de fl.2), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**